



Anais da Assembléia

Nº 32

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 42ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Antonio Facci e Leopoldo Jacomel.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (41) achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Alfredo Gulin, Aragão de Matos Leão, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 12/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 31/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando execução de reparos nos prédios que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 16/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 02/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de Agudos do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Agudos do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 02/76

Acompanhado de Mensagem Governamental 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 19 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Agudos do Sul, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, sexta-feira, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Egon Pudell (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Alfredo Gulin, Aragão de Matos Leão, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente

declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o plenário, requer seja constado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 02 de abril do corrente, do Sr. NATAL DE PIERI, na cidade de Boa Esperança.

Requer, finalmente, seja dado ciência deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o plenário, requer seja constado em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 03 de abril do corrente, do Sr. JOSÉ ALVES DA SILVA, na cidade de Boa Esperança.

Requer, finalmente, seja dado ciência deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. GUILHERME ZANINI, ocorrido em 14 de abril, próximo passado, na cidade de Renascença.

Lider nato, político da mais alta expressão no município de Renascença, onde ocupava o cargo de Prefeito Municipal, o extinto era pai de família exemplar e pessoa que gozava do carinho e respeito de toda a comunidade renascentista.

Requer, outrossim, que seja dado ciência do completo teor do presente requerimento à família enlutada, na pessoa do Sr. IVO ZANINI, filho do ilustre morto.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, requer, após a aprovação do plenário, se expeça ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, apelando junto ao mesmo, providências no sentido de que o percurso rodoviário que liga os municípios de Planaltina do Paraná e Santa Izabel do Ivaí, tenha a responsabilidade de conservação a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem.

JUSTIFICATIVA:

A administração estadual de Santa Izabel do Ivaí é uma dentre as dezenas, comprovadamente falidas, financeiramente. A sangria perpetrada contra os cofres municipais em favor das finanças do Estado e da Federação, insignificadamente ressarcida com o retorno de humilhantes parcelas é a motivação desse estado de coisas, atentatório à soberania municipal.

O elevado custo dos derivados de petróleo essenciais à manutenção de um parque motorizado de um município e mesmo o elevado preço de máquinas operadoras (moto-novelas, tratores, pás e retro-cavadeiras), impossibilitam uma racional e eficiente conservação de estradas municipais.

Santa Izabel do Ivaí possui área de 601 metros quadrados, cortados por mais de 250 quilômetros de estradas que servem seus distritos judiciários de Santa Mônica e São José do Ivaí, além dos distritos administrativos de Aparecida do Ivaí e Bairro Bandeirantes. A essa tarefa de conservação, soma-se ainda o trabalho de colocar em condições de tráfego, o importante trecho que liga o município já citado ao de Planaltina do Paraná, numa extensão de 25 quilômetros.

Trata-se de trecho de rodovia estadual, uma vez que é intermunicipal com demanda para Paranaíba. Ônibus e caminhões que atingem o Estado de Mato Grosso, valem-se desse percurso, atualmente em condições deploráveis e vergonhosas.

Muitos preferem efetuar percursos maiores, desviando-se daquele "verdadeiro carreador", aumentando por esta forma, o consumo de combustível.

Patenteie-se então prova de descaso por parte do Governo Estadual que se mostra surdo às vozes já cansadas do Prefeito Municipal, verdadeiro líder, mas mártir incompreendido de uma administração cega aos reclamos mais justos do Chefe do Executivo Municipal, verdadeiro bode expiatório de culpas a ele atribuídas.

Aos reclamos do atual Prefeito de Santa Izabel do Ivaí, Sr. Adão de Almeida Ramos, e de sua Câmara de Vereadores, composta de 7 vereadores arenistas, evocam-se as reivindicações vãs das administrações pretéritas.

Cansado de pedir, de implorar, ignorando que deveria exigir, àquele prefeito só resta pedir excusas à sua santa mãe pelos adjetivos que a ela são constantemente dirigidos pelos motoristas que se aventuram a percorrer o trecho SANTA IZABEL DO IVAÍ — PLANALTINA DO PARANÁ.

Porisso, encarecemos ao ilustre e inteligente engenheiro Osires Stenghel Guimarães, responsável pela Secretaria dos Transportes de nosso Estado, para que determine ao DER, assumir a responsabilidade de conservação daquele importante trecho viário.

Conhecemos o senso administrativo de Osiris Guimarães.

Temos convicção plena da atenção que o mesmo dispensará no problema que evocamos nesse documento.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No dia 23 de abril próximo, Pirai do Sul, comemora mais um aniversário de sua fundação. Várias solenidades estão sendo programadas para as comemorações de tão grata efeméride, incluindo-se a inauguração de várias obras públicas pelo Governador Jayme Canet Junior.

O Deputado que este subscreve, requer que a Presidência, com a devida aprovação do plenário, indique uma Comissão de Deputados, que represente esta Assembléia, nas solenidades referidas.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer ouvido o plenário, se oficie ao Sr. Secretário de Segurança Pública, o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES.

- 1 — Quais as delegacias de Polícia do Interior do Paraná, cujos atuais titulares não são Delegados de Carreira?
- 2 — Qual o critério adotado para investir nas funções de Delegado, pessoas sem o respectivo e necessário título para tal?
- 3 — Quanto percebe o Delegado de Carreira?
- 3 — Quanto percebe o elemento sem qualificação para tal cargo, mas nomeado para exercê-lo, em caráter precário?
- 5 — Informar se possível, quanto percebe o Delegado de Carreira do Estado de Mato Grosso, e, o elemento já desceito na quarta pergunta, naquele Estado, nosso vizinho?
- 6 — Quais as vantagens financeiras atribuídas aos Delegados de Carreira e aos que exercem essas autoridades em caráter precário?

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhe são conferidos por lei e, tendo em vista as inúmeras queixas e reclamações advindas de comerciantes com atividades de pequeno e médio porte, referentes as violentas sanções fiscais aplicadas à classe, requer após ouvido o plenário, as seguintes informações da Secretaria de Negócios das Finanças do Estado:

- a) — Quantos processos de cobranças executivas foram efetuados no exercício de 1975, contra comerciantes que deixaram de recolher a cota do ICM devido por período.
- b) — Quantos foram os comerciantes multados no período, por não terem recolhido a cota do ICM, no dia exato determinado pelo regimento do DRI.
- c) — Qual é a multa aplicada ao comerciante inscrito que deixa de recolher, no dia exato, a cota de ICM devida.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após aprovação do egrégio Plenário, o envio de expediente ao Ministro de Previdência e Assistência Social, Nascimento e Silva, sugerindo ao mesmo as devidas providências para extensão dos benefícios proporcionados pelo MPAS, aos pais inválidos dependentes de filhos casados

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Com o processamento da reformulação previdenciária nacional, através da extinção do IAPS, abrangidos, englobados e absorvidos pela égide do INPS, os trabalhadores de faixa etária acima dos 40 anos, deparam-se em grande número, com dificuldades, as mais diversas, para regulamentação de situação junto ao órgão máximo previdenciário.

Um contingente significativo dentro de nossa comunidade, incapacitados fisicamente para o trabalho, dependem exclusivamente do amparo proporcionado por filhos casados que, às voltas com os problemas mais vários para o sustento de seus próprios lares, de suas próprias famílias, ombreiam-se com a sobre-

carga imposta pelo amor filial de prover o sustento de pais idosos, inválidos e impossibilitados de se auto-sustentarem.

Proclamamos humana a medida que sugerimos.

De profundo alcance social.

Patentearia o reconhecimento e o respeito do Governo Federal para com os brasileiros que, trabalhando, ajudaram a assegurar o desenvolvimento de nossa Nação e que, agota, ou sob o peso da idade, ou marcado pela invalidez, transforma-se em pesado ônus a incidir sobre os baixos rendimentos de seus filhos.

Deve o Governo procurar elevar a dignidade do HOMEM, pois é ele realmente o sustentáculo da riqueza da NAÇÃO.

A elevação da dignidade é atingida com o proporcionamento da SEGURANÇA e do BEM ESTAR SOCIAL.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 34/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a cadeira denominada Noções de Ecologia, a ser ministrada no ensino de 1º grau nas escolas estaduais.

Art. 2º — O Poder Executivo poderá, se conveniente, através da Secretaria de Educação e Cultura, e demais órgãos estaduais necessários, firmar convênios com entidades federais, municipais e particulares, para a consecução da medida.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

No momento em que o desmatamento vem acontecendo desenfreadamente, provocando mudanças radicais em quase todo o mundo, inclusive alterando até o clima em várias regiões do planeta, extinguindo vários espécimes animais e vegetais, a palavra ecologia tornou-se moda. Todos falam, mas poucos, muito poucos conhecem o seu significado.

Apenas quando uma catástrofe ecológica acontece, como recentemente no interior do Estado de São Paulo, mais precisamente no rio Pardo, quando resíduos de uma indústria poluíram de tal forma aquele escoadouro fluvial, destruindo a fauna ictiológica, pelo menos, para os próximos cinco anos, é que a população sente de perto como o homem está matando a natureza. Na cidade a poluição, a grande inimiga da ecologia, já faz parte do cotidiano. As árvores raquíticas, a ausência de pássaros nos grandes centros industriais, são o melhor exemplo.

Embora freqüentando a escola nos seus mais diferentes níveis, a maior parte da população não sabe e não compreende o que vem ser ecologia.

Ora, é na escola que o caráter é moldado, e seria bem mais fácil, uma participação efetiva do povo no preservar do meio-ambiente se professores tivessem permissão para enfocar o problema no ensino e, de preferência do 1º grau já que muitos, a grande parte, não consegue chegar ao segundo grau, e muito menos ao grau universitário.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, órgão federal percebendo esta ausência de informação junto à camada populacional, iniciou um trabalho junto às autoridades educacionais no sentido de trazer ao Grupo Escolar, noções sobre Ecologia e como preservar o meio-ambiente.

Já em Brasília, um projeto-piloto está arregimentado todo o sistema educacional da Capital Federal, desde o próprio Governo até a Universidade de Brasília.

No Paraná, possuidor de grandes matas, agora já cada vez menores, com a procura ascendente do pinheiro e de outras madeiras de lei, além de seus rios, menos piscosos hoje do que ontem, a implantação imediata desta matéria no primeiro grau escolar, já traria de imediato benefícios e serviria de balão-de-ensaio para futuros estudos mais complexos na preservação do meio ambiente, que precisa, de qualquer maneira, ser mantido.

PROJETO DE LEI Nº 35/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a determinar à Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a responsabilidade de conservação do trecho de estradas que liga a estrada de Ribeirão do Pinhal à sede do Município de Abatiá, numa extensão de aproximadamente 20 quilômetros.

Art. 2º — As despesas decorrentes à aplicação da presente Lei, farão parte do orçamento vigente e futuros.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

a) **LÚCIO MACHADO**

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o fatídico trecho de estrada que liga a Estrada de Ribeirão do Pinhal à sede do Município de Abatiá, poderia ser considerada a vergonha do Paraná. São apenas vinte quilômetros de estradas, de responsabilidade de “ninguém”, por incrível que pareça, a referida artéria, está abandonada por muitos e muitos anos, entretanto dezenas de pequenos e médios proprietários de áreas agrícolas existentes às margens da referida estrada, dela necessitam, todos os dias de cada ano, para se transportarem e transportar a produção agrícola e pastoril que às margens da referida via se produz na constância dos dias. O Estado, naturalmente, como organismo dos mais beneficiados em sua própria economia, com a produção ali registrada todos os anos, não fará mais e nem menos, que, uma das mais destacadas ação de justiça, tomando para si, através do órgão competente, a conservação daquele pequeno trecho de caminho, visto ser a sua necessidade um fato premente, como o da pecuária, e pequenos médios proprietários que abrangem a extensão dos vinte quilômetros de estradas “sem dono”, que liga a estrada de Ribeirão do Pinhal, à sede do Município de Abatiá.

Visto ao exposto, apelo aos Srs. Deputados de ambas as bancadas, pela aprovação unânime do presente Projeto de Lei, que, naturalmente, haverá de ser sancionado por S. Exa., o Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos a grata satisfação e a súbida honra de anunciar a esta egrégia Casa que amanhã será o aniversário da cidade em que nascemos, Piraí do Sul, que é liderada pelo nosso dinâmico companheiro de bancada, Deputado David Federmann. S. Exa., o Sr. Governador do Estado estará prestigiando esta data daquela terra cheia de tradições políticas industriais e sociais.

Queremos, neste instante, comunicar que S. Exa. o Sr. Governador, à tarde, estará percorrendo a região através da estrada que liga Jaguariaíva - Santo Antonio da Platina. Lá, além da saudação ao povo platinense e do amplexo cordial a todo o Norte do Paraná, S. Exa. assinará contrato, firmará convênio com as Prefeituras de Curiuva, Guapirama, Santo Antonio do Paraíso e Santana do Itararé, a instalação, nos municípios que

temos a honra de representar nesta augusta Casa, de telefones e de novo canal, pois uma das metas do Sr. Governador do Estado é de suprir todas as deficiências referentes à telefonia em nosso querido Estado.

Estamos, também, de parabéns, porque o Governador do interior, o Governador que trabalha dinamicamente pelo bem estar e pelo progresso de nossa terra, estará dando início, no sábado, às obras de pavimentação asfáltica das estradas Jacarezinho - Cambará, Jacarezinho - Ribeirão Claro. Estará também, anunciando amanhã em Santo Antonio da Platina, o asfaltamento da estrada de Santo Antonio à Estação de Platina e o asfaltamento e construção da estrada São Sebastião da Amoreira - Nova Fátima - Ribeirão do Pinhal - Santo Antonio da Platina, integrando aqueles municípios com os centros consumidores de nosso Estado e de nosso País. O Sr. Governador do Estado, na tarde de amanhã anunciará também, o asfaltamento da estrada Joaquim Távora - Itaiópolis - Passo dos Leites.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que falta apenas um minuto para o encerramento do tempo que dispunha.

O SR. GABRIEL MANOEL — Esta nota é apenas para que o povo, a imprensa, o Sr. Presidente e todos os Srs. Deputados tomem conhecimento deste fato.

É por isto que o Paraná marcha a passos largos, pela senda do progresso; é por isto que o Sr. Governador Jayme Canet Jr. está sendo considerado como um dos Governadores que luta pela sua terra e sua gente.

Convidamos a todos para que compareçam ao aniversário de nossa cidade, Piraí do Sul, que é liderada pelo nobre Deputado David Federmann, e contará com a presença do Sr. Governador do Estado, amanhã. Sábado, o Sr. Governador estará em Jacarezinho onde irá fazer inúmeras inaugurações e levará àquele povo o progresso e os benefícios que aquele povo sofrido merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — (Lê): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje ocupamos a tribuna desta Casa, para abordarmos assunto de transcendental importância, relacionado com a atual situação social, no âmbito da administração pública de nosso Estado.

Todos sabem que o processo inflacionário, galopante, insaciável, dia a dia está a reduzir a capacidade aquisitiva do povo assalariado. Salário contido e inflação acentuada, geram descontentamentos e desespero.

Nós outros, com melhor padrão de vida, temos que ficar chocados ao sabermos que uma servente do Estado, no maior nível de sua carreira, que é o nível 5, após trinta anos de serviço, aposenta-se com o ínfimo vencimento de Cr\$ 630,95 mensais, no qual já está incluída a quarta parte. Esta é a compensação por trinta anos de vida dedicada à causa pública.

E não se diga que é só a servente que se aposenta com poucos vencimentos, querendo justificar tão irrisória contribuição no fato de não possuir habilitação. Tal justificativa seria inconvincente, diante do conhecimento de que a carreira de professores normalistas inicia no nível 16 e termina no nível 19. E o que se constata? O direito de promoção foi negado às mestras de nossos filhos. A maioria absoluta, então, ingressa no serviço público no nível 16 e após trinta anos de serviço é aposentado no nível 16. E com quanto? menos de mil cruzeiros mensais. O professor de ensino médio tem a carreira limitada entre os níveis 22 e 24.

O pessoal de nível superior, com o ápice da carreira no nível 30, tem vencimento fixo incompatível, com sua habilitação profissional. É verdade que, a estas, o Governo procura propor-

cionar outras vantagens, como meio e forma de os reter no serviço público.

Diante de tão desoladora verdade, nada precisa ser dito e acrescentado no que se relaciona às carreiras normais do quadro geral do funcionalismo. Todas são mal remuneradas, e algo precisa ser feito, e com urgência, para minorar tão aflitiva situação social.

Ao dirigirmos este apelo ao Poder Executivo, não o fazemos com objetivos eleitorais ou político partidários, mas tão somente com o propósito de alertar as autoridades responsáveis e particularmente ao Governador Jayme Canet Júnior, visando a melhoria da situação deficitária do funcionalismo público estadual.

Temos certeza de que Sua Excelência, sensível às manifestações justas e humanas, irá dispensar atenção toda especial para o assunto em pauta, determinando seja revisto o Estatuto da aposentadoria por tempo de serviço, estipulando um valor mínimo de proventos, com prêmio e reconhecimento à dedicação daqueles que deram os melhores anos de suas vidas, ao Estado.

Apelamos também ao Chefe do Poder Executivo, para que, com urgência, encaminhe Mensagem a este Poder, dando nova estrutura e fixando novos vencimentos às carreiras do quadro do Funcionalismo Público Estadual. Que os Assessores Jurídicos da administração sejam contemplados com a Lei Complementar, cujos estudos foram efetivados pela então Secretaria de Interior e Justiça, englobando a carreira de advogado, com a de Procuradores, dividida em quatro categorias.

A urgência decorre de imposição legal, fruto do ano eleitoral que atravessamos, a qual determina que benefícios e vantagens aos servidores só poderão ser concedidos até seis meses antes do pleito.

Finalmente, que Sua Excelência não esqueça do pessoal suplementar, os "P-S", até agora não aquinhoados com o percentual do último aumento havido.

Enfim, que haja um esforço conjunto em favor da sofrida classe do funcionalismo público estadual. Se as soluções globais exigem tempo, as parciais poderão demonstrar a boa vontade e o esforço em testemunho da disposição de atendimento aos justos reclamos e necessidades dos funcionários do Estado.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1976.

Dep. NELSON BUFFARA"

Não fazemos demagogia, nós somos realistas, e sendo realistas como somos, pretendemos, não queremos nos dedicarmos como salvador da Pátria, mas sim, contribuirmos sobremaneira com este nosso pronunciamento com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que examine crua e sucintamente o que acabamos de dizer e componete da necessidade do atendimento desta nossa solicitação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Nos termos do Regimento Interno, a Hora do Grande Expediente, será destinada à Sessão Especial em homenagem ao descobrimento do Brasil. Em nome da ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, gostaria de registrar a presença neste Plenário, de dois eminentes homens públicos da minha cidade de Cornélio Procopio, qual seja, o Sr. Michel Dib, Presidente da Câmara Municipal e do Francisco Dantas Neto, Secretário da mesma Câmara, ambos líderes políticos, o primeiro já há tantos anos labutando na vida pública. E o segundo, iniciando agora, mas isso faz parte de uma liderança digna da cidade, após seu pai, Vitor Dantas, que sempre foi um dos grandes baluartes da política que envolve todos os interesses que dizem respeito à nossa cidade.

Eu registro pois, a presença de ambos com satisfação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Nos momentos mais importantes de nossa História Nacional, sempre foi lembrado o herói navegante que conquistou estas terras para a cultura latina. Jamais os líderes desta terra olvidaram os heróis bandeirantes que pacificamente desbravaram o vasto território descoberto por Cabral. Nem os heróis pátrios que nos legaram suas idéias como Tiradentes e seus companheiros para conseguir uma Pátria livre da Coroa e tutela portuguesa.

Foi em nome dos heróis, desde os do descobrimento até aqueles que no dia a dia construíram esta Pátria é que se fizeram os movimentos nacionais, para não desmerecer a luta do passado e vislumbrar o porvir melhor para os que advirão.

É deste espírito que estava imbuído o movimento revolucionário de 64. Jamais o passado foi condenado, mas também sem saudosismos, buscou-se a construção do Brasil afirmativo e hoje, perante as demais Nações do globo.

Justa é portanto, a homenagem que esta Assembléia anualmente, dedica aos primeiros heróis, que liderados por Cabral aportaram às terras brasileiras. Indagam-se os historiadores sobre os motivos que levaram Portugal e enveredar pelos caminhos marítimos.

Encontram causas tanto na política, quanto na religião, bem como na economia. Não nos cabe dissertar sobre as causas que levaram os governantes portugueses a fundar a Escola de Sagres, com suas conquistas especialmente na demarcação das posições de barcos em pleno mar. Não cabe debater os problemas que a política de confinamento geográfico de pequena nação, fez com que buscasse terras para seus filhos, além das águas. Não nos cabe debater o messianismo português e espanhol que teria levado os reis católicos a procurar pagãos para trazê-los ao redil cristão.

Não nos cabe finalmente analisar as razões de ordem econômica. Sabemos que a escassez do "precioso metal" traduzido em ouro e prata, bem assim das especiarias, e encontráveis principalmente na Ásia, levou os povos da Europa a buscar caminhos do mar, uma vez que os terrestres estavam bloqueados. As razões, que os historiadores as discutiam, a nós cabe ressaltar a importância daquele acontecimento histórico. É dever nosso recordar o heroísmo e as lições que nos legaram. Sucintamente, quando nosso país toma consciência de si, começa a falar de igual para igual, com as maiores potências deste século, desejamos ressaltar alguns aspectos dos primórdios de nossa História.

O descobrimento das Américas, constitui-se em marco da Civilização Ocidental e Européia. Constitui-se no início da nova era para todas as nações. O Brasil, concedido a Portugal por determinação papal, tornou-se de suma importância para a latiniidade. Enquanto as costas do Pacífico ficavam com a Espanha, as Costas do Atlântico com Portugal.

No dia 22 de abril, quando a esquadra cabralina aportava às plagas da nova terra, nascia uma Nação. Era a Santa Cruz, assim batizada a terra, posteriormente transformada em Brasil. Era a Cruz chantada por frei Henrique que inscreveria o cristianismo nas novas terras. Era a cultura latina que seria semeada nas terras recém-conquistadas para a humanidade.

Nascia uma nova Nação para o Cristianismo. Nascia um novo horizonte para o europeu. Nascia, igualmente um futuro para a humanidade, cujos horizontes perdiam-se diante dos descobridores que nem sequer tinham condições de dimensionar a terra em seus limites. Por outro turno o homem de "cor parda" a nu de que nos fala Caminha e que seria o nosso índio, espantava-se diante dos fatos que ocorriam às vistas.

Era o marco inicial para o europeu e o fim de uma era para o índio. A cruz erigida em terras brasileiras, implantava a civilização greco-latina. Herdava a terra de Santa Cruz o cabedal de conhecimentos, a civilização cristã, a cultura e com eles desembarcava uma História milenar.

O índio seria absorvido, escravizado, dizimado e mesclar-

se-ia com tantos outros povos que no decurso dos séculos futuros vieram buscar novas oportunidades para si e para seus filhos.

A terra foi fértil ao descobridor. Deu-lhe ouro, materiais preciosos. Abasteceu de pau Brasil. Alimentou o erário da Coroa por largos anos, sem que esta lhe retribuísse em igual escla. Dádiosa ela foi para muitos que buscaram terras, pão e liberdade. Dádiosa continua a ser até o presente.

Se constitui orgulho para muitos povos que jamais empreenderam guerras de conquista de territórios, nós também podemos ufanar-mos deste privilégio. A nossa História de quase 500 anos, não está manchada de sangue de co-irmãos. Se lutamos é para defender a nossa soberania, a integridade de nosso território ampliado pela coragem de bandeirantes e principalmente oferecemos a nossa inteligência para lutar pelos povos oprimidos, como em Haia, Ruy Barbosa, ou os nossos irmãos para lutar contra o imperialismo nos campos da Itália.

Esta nossa história pacifista começou a ser escrita com a mensagem de Pero Vaz de Caminha, seguida por Vieira, defendida por Rio Branco, sustentada por Nabuco, e prossegue em dias correntes. Esta tese pacifista começou com a mensagem de paz simbolizada pela cruz chanteada em terras brasileiras.

Toda vez que uma voz destoe desta mensagem que herdamos, levanta-se a consciência nacional para repudiar. Toda vez que a tradição sente-se ofendida, quer com ideologias estranhas, quer com credos políticos dissintonizantes, levanta-se o brio nacional, forjado na paz, na não agressão, na liberdade e no respeito aos sentimentos dos maiores.

No decurso destes cinco séculos a nação brasileira enfrentou dificuldades, superando-as de acordo com a conjuntura da época, mas jamais faltou-lhe respeito aos maiores, jamais buscou abandonar a linha imprimida na cultura e na civilização pelo conquistador. Se houve momentos difíceis, eles foram contornados, antes pelo espírito conciliador do que pela luta fratricida. Se momentos houve em que verteu o sangue fraterno, é porque não havia outra alternativa. Mas podemos orgulhar-nos de nossa História e do culto à tradição que herdamos.

Ao recordar o descobrimento do Brasil, os momentos difíceis dos povos que abriam dolorosamente o caminho renascentista, emergindo da Idade Média; ao recordar a posse pacífica pelo governo português as terras que o Tratado de Tordesilhas lhe conferia, volta-se a nossa mente para os dias fluentes. Não são fáceis, porque de tradição, são os dias que vivemos. Não somente nós, mas o mundo. Emergimos de eras de um mundo fechado, para penetrar nas fases da comunicação. Emergimos de uma economia combalida, buscando equilíbrio onde quer que ele se localiza. Emergimos de uma etapa de solidariedade a todos os homens e à humanidade inteira. Emergimos de uma política de aldeia, para uma visão global da realidade.

Sofremos a transição, e nós mais do que quqlauquer outra nação. Graças a luta gigantesca estamos a despertar a consciência de que representamos muito para a humanidade. O Brasil, após a recolocação dos seus caminhos na senda da tradição que nos acompanha desde o descobrimento, a partir de 1964, recobrou o alento de país ascendente. Continuamos a senda, agora mais do que nunca, de valorizar o porvir, de que o futuro a nós pertence.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a data de hoje evoca a nossa origem, a nossa cultura, a nossa civilização e nos faz olhar o futuro com esperança”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (lendo): “A História do Brasil ainda está por ser escrita pois os ensinamentos que nossos jovens recebem ainda estão muito distantes de refletir a verdade. É o que podemos concluir quando estudamos o descobrimento do Brasil, ocorrido, segun-

do os historiadores neste 22 de abril, mas por uma coincidência inexplicável pela lógica histórica, não ocorrido com a simplicidade de outros fatos históricos da época, mas através a viagem “da mais poderosa frota que Portugal jamais equipara levando para tanto mais de meio ano”.

O próprio desvio da rota das Índias, parecer ser apenas a criação da imaginação portuguesa, pois a frota de Pedro Alvares Cabral tinha entre os comandantes de seus barcos os melhores marítimos portugueses como Bartolomeu e Diogo Dias, Sancho de Tobar, Nicolau Coelho, Vasco de Ataíde e Simão de Miranda.

E na famosa carta que Pero Vaz de Caminha, encaminhou a D. Manuel, narrando a descoberta da nova terra, a definição do brasileiro, do nativo brasileiro, como a imagem da própria inocência, parece ter sido não apenas a configuração do nosso índio mas a previsão do que seria o brasileiro nos próximos cinco séculos.

Não houve risco na excursão da frota portuguesa em busca da terra brasileira, esta é a certeza que os historiadores de amanhã poderão contar que Portugal não lançaria numa aventura marítima uma frota de 10 caravelas de grande porte, um navio transporte e mais alguns pequenos barcos, transportando mil e quinhentos tripulantes, para uma aventura ao sabor dos ventos da costa africana.

A busca do ouro, das pedras preciosas e das riquezas, era o principal objetivo da excursão de D. Manoel, a quem estava confiada a missão de abrir novas frentes de canalização de riquezas para o Império português. O Brasil de então, um País de — povo inocente que não escondia nem a própria nudez — um País rico. E em sua carta, Pero Vaz de Caminha, diz ao Rei de Portugal, a certa altura:

“O melhor fruto que nesta terra se pode fazer, me parece que será salvar esta gente e esta deve ser a melhor somente, que Vossa Alteza em ela se deve lançar...”

Vejam, Srs. Deputados, que já na famosa carta de Caminha, estrangeiros que aqui chegavam já falavam em “salvar a gente brasileira”.

E nós temos sido escravos através dos tempos.

Agora mesmo, estamos prestes a ser salvos economicamente pelas grandes corporações petrolíferas internacionais, que para salvar a nossa economia, estão correndo o risco, ao explorar o nosso sub-solo, na busca do petróleo, tão importante para a nossa economia e para a felicidade de nosso povo.

Aqui, a indústria farmacêutica internacional salva nossos filhos das doenças, também movida pelo altruísmo que trouxe ao nosso País empresas como a holandesa Nestlé, responsável pela nutrição de nossas crianças, pois oferece à infância brasileira, a sua importante colaboração no fornecimento do leite e na orientação das mães, pois lá conseguem ensinar à mãe brasileira, que o leite materno é poluído e a salvação das crianças está no uso dos vários rótulos lançados no mercado.

Não importa que aos poucos desapareça a oportunidade de milhares e milhares de crianças pobres de ter uma oportunidade de vida pois fomos descobertos pelos holandeses que aqui correram o risco de não encontrar oportunidade para seus negócios.

O Brasil também tem sido descoberto pelas indústrias multinacionais que vem oferecer ao nosso povo a oportunidade de empregos, “pois não tivesse estas grandes corporações internacionais interesse em salvar o trabalho brasileiro e nós teríamos hoje o mais alto nível de desemprego de toda a nossa História”.

Mas graças a Deus, o recado de Caminha foi ouvido pelo mundo inteiro e aqui estão a salvar a ingenuidade brasileira, tristes de todas as nacionalidades e de todas as origens, que vêm plantando na terra fértil.

É verdade que nem todos os brasileiros aceitaram as fórmulas portuguesas de salvação e nem todos os brasileiros, aceitam hoje, as fórmulas internacionais de salvação de nossa gente. Ainda ontem, o Brasil inteiro prestava a sua homenagem a um ho-

mem que não gostava dos métodos portugueses de salvar o Brasil.

Métodos que nos obrigava a sacrificar a nossa gente, a nossa economia, os nossos recursos naturais em favor da coroa portuguesa.

Este homem, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o Mártir da Independência do Brasil, talvez tenha sido a primeira vez a se levantar em nossa Pátria contra o jugo estrangeiro.

Tiradentes, não lutava apenas pela Independência do Brasil mas, principalmente, foi o Mártir da luta de um povo pela sua independência econômica.

Levado à força pelos donos do Poder, com seu corno salgado e exposto ao povo, ele se transformou no símbolo da luta de todos os brasileiros pela conquista da sua Independência.

Luta que hoje continua quando integramos a Amazônia para entregar às potências estrangeiras, que sonham com as nossas riquezas minerais, quando sentimos que o espírito patriótico dos homens deste País supera a ganância individual das minorias extremistas que desejam transformar o Brasil no paraíso eterno dos exploradores internacionais.

Tiradentes repudiou a influência no Brasil e foi uma das primeiras vozes a se levantar contra aqueles que desejam nos salvar.

O Brasil, hoje, deve evocar a personalidade de seu Mártir, olhar para o passado histórico de tantas lutas e voltar a viver o civismo tão importante para a conquista de dias mais felizes para o nosso povo.

O momento deve ser de união nacional em torno do Brasil e principalmente deve ser de união de todos para que o País consiga atingir os objetivos do Presidente Geisel de melhor distribuição de renda para que os brasileiros possam viver melhor, sem as distorções que hoje sacrificam o povo em nome de um desenvolvimento que é fundamental para a Nação, mas que não pode ser construído nos ombros dos trabalhadores deste País.

Sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a 22 de abril de 1500, uma poderosa frota portuguesa chegou a nossas costas em busca de ouro, de escravos e de riquezas diversas.

Aceitamos o fato histórico.

Mas, gostaríamos apenas de terminar perguntando: até quando, o poder econômico internacional prosseguirá dentro de nossas fronteiras em busca destas riquezas e explorando estes escravos?"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Ao encerrarmos a Sessão Especial da tarde, a Mesa deseja agradecer e cumprimentar os ilustres Srs. Deputados Rosário Pitelli e Otássio Pereira.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 17/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 05/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Assaí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Conselheiro Carrão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 84/75, de autoria do

Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que partindo da BR-277, passa pela sede do município de Catanduvas e pelo distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu. Parecer CONTRÁRIO da CCJ. e favoráveis da CF e COPTC. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 18/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 06/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Atalaia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Humberto de Campos, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 19/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 08/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Borrazópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Campos, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 19/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de administração, com o município de Borrazópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Campos, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa)

Accioly Neto — presidente

Deni Schwartz — relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 08/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com o município de Borrazópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Campos, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam de aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa)

Accioly Neto — presidente

Deni Schwartz — relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 20/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 09/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Cafeára, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Rural Estadual Silveira Neto, e o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 20/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com o município de Cafeára, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Rural Estadual Silveira Neto e o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto — presidente
Nilso Sguarezi — relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 09/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com o município de Cafeára, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Escola Rural Estadual Silveira Neto e o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, na sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto — presidente
Nilso Sguarezi — relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 21/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 11/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Campina da Lagoa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Roberto Brzdinski, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. - Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 21/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Campina da Lagoa, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Roberto Gradzinski.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto — presidente
Deni Schwartz — relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 11/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 02 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Campina da Lagoa, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Roberto Brzd-

zinski, na sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam de aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto — presidente
Deni Schwartz — relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 161/75, de autoria do Deputado David Federmann, que acrescenta parágrafo que especifica ao Art. 56, da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973. Pareceres CONTRÁRIO da CCJ e favorável da CF. — Rejeitado.

Projeto de Lei nº 161/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica acrescido no parágrafo ao Art. 56, da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, com a seguinte redação:

§ 1º —

§ 2º — Os dependentes do Policial Militar falecido na ativa definidas no art. 110, e seu parágrafo, deste Código, continuarão percebendo o salário família enquanto perdurar essa condição.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1975.

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, ao disciplinar o pagamento do salário família, deixou de reger a hipótese dos dependentes do Policial Militar que venha a falecer na atividade, criando uma situação que tem gerado as mais sérias dificuldades àqueles que já privados do estio do chefe de família, se vêem também privados do benefício do salário família.

Acresça-se ainda que o espírito da Lei é também o de amparar a família do policial militar, como se depreende de vários de seus artigos, como o 110 e 112.

Não sendo previsto tal benefício na lei própria, não há a necessária previsão orçamentária, sendo por isso de bom alvitre que se proceda a este acréscimo à Lei, o que virá corrigir a falha existente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 161/75

O presidente projeto de lei de autoria do Nobre Deputado David Federmann, tem por objetivo acrescentar parágrafo ao Art. 56, da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973; visando atribuir a continuação da percepção do salário família, enquanto perdurar essa condição, aos dependentes do policial militar, falecido na ativa.

Ao que pese as considerações apresentadas na justificativa, e o alto sentido humanitário do legislador, que tem por objetivo estabelecer um benefício ao integrante da Polícia Militar, já percebido pelo funcionário público civil, temos que tal iniciativa, encontra barreiras constitucionais. Isto em face dos Arts. 25 e 35 da Constituição Estadual, que taxativamente, atribuíam a competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, para a iniciativa de Leis da natureza do Projeto em tela.

Tal proposição poderia ser encaminhada pelo seu autor, como sugestão ao Poder Executivo, o que contará com o nosso irrestrito apoio.

Nestas condições, e diante do exposto, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto de Lei nº 161/75, opinando-se pela sua REJEIÇÃO, face a sua inconstitucionalidade.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1975.

(aa) Accioly Neto — presidente
Deni Schwartz — relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 161/75

De autoria do ilustre Deputado David Federmann, o projeto de lei ora em exame visa acrescentar ao Art. 56, da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, o seguinte parágrafo: "Os dependentes do policial militar falecido na ativa, definidos no Art. 110 e seu parágrafo, deste Código, continuarão percebendo salário família enquanto perdurar essa condição".

Muito embora a douta Comissão de Constituição e Justiça, tenha se pronunciado contrariamente a aprovação da matéria, por considerá-la inconstitucional, entendo que o projeto, no seu projeto, no seu mérito, tem condições sobejas para merecer o acolhimento da Casa, pois trata-se de medida sanadora a uma injustiça flagrante. Assim sendo, o parecer é pela **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 01 de dezembro de 1975.

(aa) Quielse Crisóstomo — presidente
Gabriel Manoel — relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Alves da Silva, ocorrido em Boa Esperança. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Natal de Pieri, ocorrido em Boa Esperança. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, visando a melhoria da situação deficitária do funcionalismo público estadual. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando a designação de uma Comissão de Srs. Deputados, para representar esta Casa nas solenidades a realizar-se em Pirai do Sul. — **Aprovado**.

A Mesa designa os Srs. Deputados David Federmann, Gabriel Manoel e Otássio Pereira para comporem a referida comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário das Finanças, pedido de informações referente ac ICM. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme Zanini, ocorrido na cidade de Renascença. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pedido de informações referente às delegacias de Polícia do Interior do Estado. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro de Previdência e Assistência Social, sugerindo a extensão dos benefícios proporcionados pelo MPAS, aos pais inválidos dependentes de filhos casados. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, visando providências no sentido de que o percurso rodoviário que liga os municípios de Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí, tenha a responsabilidade de conservação a cargo do DER. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que visite, com extrema urgência, o município de Altônia. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento apresentado pelo eminente Deputado Valter Pietrângelo, na sessão do dia 20, em que convida S. Exa. o Sr. Governador do Estado para visitar a cidade de Altônia.

Teríamos imensa satisfação em dar apoio a esse requerimento não fossem os termos em que foi redigido.

O requerimento prende-se ao fato do serviço de abastecimento de água daquela cidade.

A alegação do eminente Deputado que o serviço de abastecimento de água daquela cidade está concluído e que por falta de visita para a inauguração, o serviço de abastecimento de água não pode ser entregue à comunidade.

Verificando junto à SANEPAR, o andamento dos serviços daquela cidade tomamos conhecimento que a conclusão do serviço de abastecimento de água em Altônia será concluído em junho de 1976. É uma obra orçada em dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros.

Quanto à capacidade alegada de atendimento àquela população de poços artesianos a previsão da SENAPR, já com estudo feito, — e depois posto em funcionamento, está hoje com 350 ligações feitas. A previsão repito, de acordo com o projeto, é de atendimento a toda a população daquele município. Falta o conjunto de bombas que não está na cidade de Altônia, faltam o serviço elétrico e o serviço hidráulico que não estão concluídos. A firma empreiteira é a Tocantins Ltda., sendo que a previsão para o término do serviço é para junho de 1976.

É costume da SANEPAR ao concluir um serviço, imediatamente pôr em funcionamento, independente de inauguração. Quando se marca a inauguração o serviço já está completo e em funcionamento. Jamais a população de qualquer município foi prejudicada porque a obra estava concluída e, no entanto, ficou no aguardo da ida do Sr. Governador ou de Secretários para a inauguração, para então ser posta em funcionamento.

S. Exa. o Sr. Deputado faz referência ao "sistema de abastecimento de água construído pela SANEPAR, obedecido um projeto por ela própria elaborado e que só será inaugurado com a presença do Sr. Governador do Estado.

Aí a razão de nosso apelo ao Sr. Jayme Canet Júnior para que programe e faça constar de sua extensa agenda compromisso para a visita àquela cidade interiorana, em caráter de prioridade à cidade de Altônia.

Certamente a presença do Governador em Altônia será mais uma de suas viagens estereis e politiqueras que o tem levado a constantes e dispendiosas visitas ao interior.

A visita do Governador ao interior é uma necessidade. Só assim S. Exa. poderá tomar conhecimento mais de perto das necessidades das populações do interior, que tanto precisam de apoio e que tanto têm contribuído para o desenvolvimento de nosso Estado.

Reclamava-se muito a ausência do Sr. Governador do Estado, reclamava-se muito que o Sr. Governador precisava admi-

nistrar voltado para o povo e vendo as necessidades do povo.

Havia preparado uma emenda suprimindo os termos "constantes visitas ao interior e as constantes viagens". Mas, de acordo com o Regimento Interno da Casa é votado primeiro o requerimento, motivo porque deixo de apresentar a emenda votando contrariamente ao requerimento apresentado.

Quero lembrar ao eminente Deputado e à população de Altônia que, tão logo seja concluído o serviço, será posto em funcionamento imediatamente, independente da presença do Governador do Estado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) - Continua em votação o requerimento. Em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Para encaminhar à votação).—

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente que as explicações da SANEPAR foram justamente aquelas que nós aguardávamos. Que outra justificativa poderia a SANEPAR propor a este plenário?

Evidentemente, "que o sistema não está concluído, pá, pá pá pá, pá pá pá pá..."

Sobre o aboletismo da obra, evidentemente que ela é totalmente aboletada.

Altônia hoje é uma cidade extensa, com uma população já bastante grande que jamais poderá ser suprida por dois poços semi-artesianos.

Com referência às viagens do Governador ao Interior para conhecer a necessidade da nossa gente, isto é outra brincadeira. Não sei que diabo de conhecimento o Governador vai conhecer, se o Governador chega lá em Nova Londrina — e coincidentemente nós lá estávamos tratando de assuntos, aliás assuntos que dizem respeito a conhecer as necessidades do nosso povo — o Governador desce lá com dois helicópteros e, acho que, mais dois aviões do Estado, uma caravana enorme, desce lá, aperta as mãos de determinadas pessoas, dá uma corrida lá a uma obra, e etc., depois fala "tchau" e vai embora.

Não dialogou com ninguém, não mentalizou absolutamente nada, não ouviu as classes trabalhadoras do município. De que diabo tomou conhecimento?

É realmente, visita política, que não traz vantagem alguma.

Totalmente vazia, estéril para o aprimoramento e desenvolvimento do processo administrativo do Estado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) - Continua em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Também desejo manifestar-me nesta oportunidade, porque o Deputado Valter Pietrângelo está dizendo que os serviços que as instalações dos serviços para atendimento de abastecimento de água, de Altônia, é um serviço aboletado.

A informação que nos dá o deputado Gilberto Carvalho é que eles serão inaugurados, segundo programação da SANEPAR, no mês de junho, ou, julho, e a informação que tenho também de Vereadores daquela cidade, não corresponde à verdade, às insinuações contidas no requerimento do Deputado Valter Pietrângelo.

Porque realmente se transporta água, em Altônia, para consumo de sua coletividade urbana, em caminhões-tanques, ou de outra forma qualquer, isto, para evitar que estabelecimentos que têm necessidade deste líquido precioso, perfurem poços semi-artesianos, quase às vésperas da inauguração do serviço.

Da mesma forma, não poderia deixar de dizer que o Deputado Valter Pietrângelo deveria cingir-se a requerer a antecipação do fornecimento de água naquela cidade, no entanto, faz, no requerimento, insinuações, dizendo de viagens estéreis do Governador ao Interior, o que eu contesto.

Acho proveitosas as viagens do Sr. Governador do Estado,

é necessária a presença do Governador em todos os municípios, se possível, do Paraná, que é o que está fazendo S. Exa. o Sr. Governador.

Ele não está só visitando e passeando, ele está verificando, "in loco", as obras que estão se processando em todos os Estados, e verificando a necessidade de outras tantas, e dando atendimento às solicitações reiteradas, de seus Prefeitos e Vereadores.

Daí eu haver solicitado a palavra no encaminhamento da votação deste requerimento, Sr. Presidente, porque o Deputado Valter Pietrângelo que tem responsabilidade na representação do município de Altônia que considero um dos mais importantes e progressistas municípios do Paraná, não presta assim real serviço como é o seu objetivo e sim quando deveria no requerimento, pedir antecipação, para que o serviço seja entregue, conforme programação da SANEPAR, ao invés de antes de inaugurar, especificar um serviço, que sequer foi inaugurado. (Sem revisão do orador).

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Para uma questão de ordem).— Sr. Presidente, só para informar que o requerimento apenas não se restringe a este assunto. O requerimento fala também na inauguração do colégio.

E as aulas do Colégio começaram agora dia 13, e ficaram aguardando quase um mês o Sr. Governador para inaugurar.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Faz soar a campanha.

Solicito o eminente autor da questão de ordem, que observe o artigo do Regimento Interno

O Sr. Basílio Zanuso — É infundado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, esta Presidência concede a palavra ao Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só para reiterar as palavras do eminente Deputado Valter Pietrângelo.

Quando, da peregrinação do nosso coitado Governador pelo interior do Estado do Paraná.

Fico até penalizado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com estas constantes viagens, por interesse do povo paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, verdadeiras e vergonhosas não estéreis, vergonhosas, viagens eleitoreiras pelo interior do Estado do Paraná.

Aliás, já era de se esperar.

Dia 15 de novembro haverá eleições, e este Governador, e este partido do Governo, que durante longos anos, se esqueceu do povo; se desgastou; perdeu as eleições de 74; teria agora, por ordens de S. Exa. o Presidente da República que há poucos dias disse em Rondon, de que a ARENA não pode perder as eleições no Paraná, por ordem dele, tem que fazer a campanha.

Não vejo motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da existência no interior, nos municípios, da presença de Prefeitos e Vereadores, quando o coitado do Governador tem que se deslocar e muito mal acomodado, quando o estudante precisa de bolsa de estudos, quando o lavrador está desorientado, quando a criança não tem assistência social, gastando vultuosas verbas do Estado, o Governo, do povo vale dizer, para já, começar a campanha política.

Nós reiteramos as palavras do Deputado Valter Pietrângelo e haveremos de apoiar com o nosso voto o seu requerimento, por que não vemos também motivo para esta viagem.

Daqui a dias estará em Assis Chateaubriand, não tem nada para inaugurar, o que tem é o povo quem fez, com seu sacrifício e seu esforço.

Não concebo, Sr. Presidente, as viagens eleitoreiras de Sua Exa. o Sr. Governador e a sua caravana de campanha política.—

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet), tem a palavra, para encaminhar à votação, o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Efetivamente é curiosa a polêmica que se pretende tratar a respeito deste assunto, especialmente quando com base no requerimento apresentado, à Casa, pelo Sr. Deputado Valter Pietrângelo, afora se pretenda, usando da argumentação deste requerimento, abordar aspectos da presença do Sr. Governador no Interior do Estado.

Isto porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o Sr. Governador se mantém na Capital, no seu Gabinete, é porque não é homem que vai sentir junto às bases, junto aos municípios, as reais necessidades desses municípios.

Mas, nós, na verdade, sabemos porque a Oposição grita e se incomoda, é porque ela tem sentido, no Interior do Paraná, que o nome do Governador Jayme Canet Júnior, hoje, é realmente, uma bandeira de esperança e de progresso, neste Estado.

E que tem acontecido, pela grita que se ouve, que os homens que, efetivamente, o criticam estão sentindo que os municípios do Paraná estão sentindo que é na presença do Sr. Governador que estão também as sequências de obras deste Governo.

São as estradas que se iniciam, são as escolas que se criam, são os grupos que se inauguram, são os prédios que se reformam, são os serviços de saneamento que se inauguram, são os serviços do DDD que ali estão funcionando, e isto significa que é um Governo que está trabalhando, um Governo que está realizando.

E nós estamos satisfeitos, na bancada, hoje, porque está acontecendo aquilo que a Oposição não quer: que haja, realmente, a presença do Governo, para realização e inauguração de obras.

Não posso admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se pretenda criticar, como neste requerimento, que houve demora, para ser entregue aos alunos um ginásio, quando se deveria dizer que Altônia está satisfeita porque o ginásio foi construído.

Não é isto que se busca.

Nas grandes obras não se encontra uma razão para levar uma palavra de incentivo ao Governo, para dar uma demonstração de reconhecimento.

Procura-se apenas criticar.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nesta Casa, em função dos termos pouco respeitosos deste requerimento, não se permita a sua aprovação nos termos em que ele está vazado e que pede que o Governador não continue indo ao Interior.

Até é interessante, porque o requerimento pede que o Governador vá à Altônia inaugurar os serviços.

Mas, as informações foram prestadas tecnicamente, através da SANEPAR, e relatadas pelo nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Devemos dizer, Sr. Presidente, que a posição que estamos tomando tem apenas uma identificação: é que o trabalho do Governo paranaense, aquilo que se tem feito no Interior, a forma da recepção do Governador, no Interior, é porque o povo está sentindo e está sabendo perfeitamente avaliar as obras deste Governo.

Porque o povo não está sendo chamado para festas, o povo comparece a inaugurações, inaugurações de grupos, inaugurações de estradas, é início de obras.

E daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é evidente que o próprio povo do Interior, com a presença de seu Governador, passe a compreender aquele que está à frente dos destinos do seu Estado e o considere um homem de trabalho e realizações.

Mas, isto não é bastante para aqueles que só sabem negar; não é bastante para aqueles que só sabem criticar; não é bas-

tante para aqueles que não querem ver a realidade e que estão sentindo que mais fácil que a palavra demagógica, na verdade, é a palavra realização, para que o povo perceba, são as obras deste Governo.

Daí a posição que tomamos, antes de mais nada, pelos termos desrespeitosos do requerimento apresentado a Mesa. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Continua em votação.

O SR. LÚCIO MACHADO (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejamos imaginar, segundo as palavras do ilustre Deputado Dácio Leonel, da Aliança Renovadora Nacional, que a nossa função nesta Casa, ao invés de representantes do povo é de representante de Governo.

Porque, quando se atribui crítica aos erros do Governo, fazemos em defesa dos direitos do povo.

S. Exa. num bradar, quase violento, diz que nós da bancada do MDB não dedicamos respeito ao Governo do Estado.

O requerimento de S. Exa., o Sr. Deputado Valter Pietrângelo, veio, realmente, em boa hora e a crítica nele formulada parece-me que é a crítica do povo do Paraná.

No dia de amanhã estará o Sr. Governador, com a pompa de suas viagens, com os helicópteros que se transformam em atração, não para ver o Sr. Governador, mas para ver esses aparelhos, em Jacarezinho e na minha cidade de Sto. Antonio da Platina.

Nenhuma obra de magestosidade será inaugurada em nenhuma das duas localizadas.

Mas, a comitiva Governamental, mantida, naturalmente, pelos recursos públicos do povo do meu Paraná, estará presente às vésperas do encerramento da Feira Agro-Pecuária-Industrial de Sto. Antonio da Platina, para uma visita de cordialidade a meia dúzia de chefes políticos de Jacarezinho, preparando-os para a arrancada das eleições de 15 de novembro, cujo amedrontamento se verifica nas próprias palavras do Exmo. Sr. Presidente da República quando afirma que no Paraná a ARENA deve ganhar.

Devo esclarecer, nesta oportunidade, que o meu voto é pela aprovação do requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, porque nele não vai nenhuma ofensa, nenhuma agressão, nenhum desrespeito ao Sr. Governador do Estado, vai apenas uma advertência de que fatos desta natureza, além de colaborar com o empobrecimento do Estado, desfigura a administração, corrompe a administração estadual.

Queremos dizer, nesta ocasião, que o nosso voto é pela aprovação do requerimento, porque esse requerimento representa as palavras do povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. —

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo nas mãos e, francamente, Sr. Presidente, não estamos entendendo bem a matéria.

Discute-se a presença do Sr. Governador, se deve ou não deve ir, se deve ou não deve voltar.

No entanto, o requerimento pede a presença do Sr. Governador.

O nobre Deputado autor do requerimento diz que o serviço implantado em Altônia é obsoleto.

Tenho conhecimento, que a sede do município de Altônia, tem 4.500 habitantes.

A capacidade de produção dos poços artesianos é de 36 mil litros hora.

Evidentemente, não há como imaginar que seja obsoleto no que diz respeito a capacidade.

O que é estranhável, isto sim, é que na sede do Município, onde existem 4.500 pessoas residindo, apenas, tão somente apenas, 350 ligações foram requeridas à SANEPAR.

Se a capacidade é de 36 mil litros hora, evidentemente que 615 propriedades deveriam ter requerido a ligação para a SANEPAR.

Não estou entendendo onde está o obsoleto do serviço e onde está a demagogia política do Governador e do Partido do Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Continua em votação o requerimento.

Concedo a palavra, para encaminhamento da votação, ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos com bastante atenção a manifestação dos Deputados desta Casa, no tocante ao requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo, em discussão e votação nesta Casa.

Desejo, nesta oportunidade, congratular-me com a iniciativa do nobre Deputado de Maringá que, com este requerimento procura representar com autenticidade o povo de Maringá, que, na opinião do Deputado, quanto ao serviço de abastecimento de água, deixa muito a desejar.

Gostaria nesta ocasião, respondendo à afirmativa de Deputados que me antecederam e à afirmativa do próprio Deputado Valter Pietrângelo quando afirma que o Governador Jayme Canet Júnior está se constituindo, no Estado, como um viajante a serviço não do povo mas a serviço de um Partido político, de afirmar que, o Governador Jayme Canet Júnior já por duas vezes esteve na minha comarca de Assis Chateaubriand; não foi inaugurar nenhuma obra porque não existe obra alguma a ser inaugurada, na minha comarca, há muito tempo e há muitos anos Assis Chateaubriand reclama construção de obras, mas até o momento o Governo esqueceu, a marginalizou, como marginalizou todo o Oeste do Paraná.

O que vimos recentemente quando de nossa viagem ao Oeste do Paraná, foi o posto de saúde de Jesuita, abandonado, sem portas, sem sanitários, sem remédios, sem água, constituindo-se num crime que o Estado pratica contra o povo daquele distrito grandioso, que pertence à grande comarca de Formosa; o que nós vimos, foi o Governo, através de firmas empreiteiras, paralisar a construção da estrada vicinal que liga Assis Chateaubriand a Jesuita, Iracema e Nova Aurora.

Este foi o presente que deu o Governador Jayme Canet Júnior, à minha região, a Assis Chateaubriand, Formosa e Nova Aurora, paralisando uma obra já iniciada, presenteando aquele povo, com a paralisação daquela estrada que o povo há muitos anos reclama, razão pela qual contesto aqui, nesta ocasião, a propalada, a comentada notícia já dita há poucos dias nesta Casa, por um Deputado da ARENA, que o Governador Jayme Canet Júnior se revelava no Paraná, como uma grande revelação administrativa.

Está se revelando o Governador Jayme Canet Júnior no Paraná, como um grande viajante do nosso Estado, não a serviço do seu povo, da sua gente mas, a serviço da Arena para, em plena campanha eleitoral, fazer com que, tentando impressionar o povo, para vencer as eleições deste ano.

Este, o meu ponto de vista e a razão pela qual voto

favoravelmente à aprovação do requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo.

Era só, Sr. Presidente.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) - Continua em votação. (Pausa)

Concedo a palavra, para encaminhamento da votação, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo, talvez contrariando a ação dos presentes, cumprimentar a SANEPAR.

Realmente deve-se cumprimentar a SANEPAR, pela eficiência, para surpresa até desta Casa, pela eficiência com que a SANEPAR, de ontem para hoje, Sr. Presidente, prestou tão rapidamente, as informações, que a Liderança nesta tarde trouxe à Casa, quando é sabido que requerimentos aprovados pela Casa, e passando o prazo constitucional, não se consegue obter as informações.

Mas, Sr. Presidente, é fácil de entender porque tais informações vieram. Louvo e presto uma homenagem à SANEPAR neste aspecto.

Quanto à discussão em torno do requerimento propriamente dito, parece-me que não é a primeira discussão deste gênero.

Não é a primeira vez que se pede nesta Casa e desta tribuna que o Governador do Estado vá ao Interior.

Eu já fiz da tribuna, solicitando que o Sr. Governador do Estado vá ao interior, solicitando inclusive que o Governador fosse à minha região, e dizia ainda, que se não fosse para inaugurar as obras que fosse para prestigiar os dois homens mais votados da ARENA do Paraná, o eminente Deputado líder do Governo aqui nesta Casa, e o Deputado federal Arnaldo Busato.

Eu dizia, e os Srs. estão lembrados, desta tribuna, que uma viagem do Governador marcada para junho do ano passado, posteriormente para novembro, só acabou se realizando agora há questão de um mês atrás.

E este mês atrás, o Sr. Governador levou em mãos, cheques para serem entregues na minha região, de verbas.

E pergunto aos Srs. Deputados, porque não posso informar mas fica aqui a pergunta, para que esclareçam.

Se estas verbas eram para ser anteriormente, ou só agora.

Se se pede a presença do Governador no interior do Estado é porque se sabe, que se estabeleceu esta praxe, de que as obras lá são entregues após inauguradas.

E é muito lógico que o Partido deve explorar, a Arena está no Poder, que o explore.

Nós entendemos isso, que explorem as obras que fizeram, o que nós não podemos permitir, é que se aguarde a presença do Governador do Estado no interior, e que o povo fique a mendigar a presença do Governador no interior do Estado.

Ou os Srs. Deputados da ARENA acham que para nós não é desgaste político a presença do Governador no nosso município para entregar cheques aos Prefeitos na frente dos nossos Prefeitos, como ocorreu em Coronel Vivida, e o Governador só dizer, que entrega cheques só para Prefeitos da ARENA.

Ou os Srs. acham que não é desgaste, eminentes Deputados, pedir ao Governador que vá à SANEPAR atender o contrato e o convênio que firmou com aquele município, somente porque tem um Prefeito do MDB.

Realmente, dizer de que se fala em demagogia, é da posição que se está, da posição do observador para tecer a consideração.

Então, Sr. Presidente, acho justo o requerimento, que

não está pedindo a presença do Governador, está pedindo é a entrega da obra.

Isso que está pedindo.

Nenhum de nós pediria ao Governador que fosse ao interior, ao seu município para fazer política, o que pedimos é a entrega das obras.

E aí então, é que está calcada a demagogia, o fato da obra ter que ser entregue pelo Governador para fazer política.

E é isso que os nobres Deputados não querem reconhecer.

Se a obra foi feita, então que o Partido a explore, mas que não fala o povo esperar, mendigar.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) - Continua em votação o requerimento.

Para encaminhar, tem a palavra o Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ - (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não entendo a razão do requerimento ora apresentado, nem os pronunciamentos feitos pelos companheiros da Oposição.

Se o Governador ficasse sentado, no Palácio, administrando, tenho certeza que seria criticado por isso.

Mas, o Governador viaja, seguidamente está viajando; seguidamente inaugurando obras, não esperando término de obras para inaugurar, porque não vence S. Exa. o número de obras por inaugurar por este Paraná afora.

Basta ler os jornais.

Tenho um em mãos que diz o seguinte:

"O Governador, sexta e sábado, deverá viajar para o Interior".

"O Governador Jayme Canet, neste final de semana, visitará mais quatro municípios, para dar início oficial a rodovias e inaugurar obras sábado e domingo.

Sábado o Governador cumpre extensa programação em Jacarezinho, onde inicia a inauguração de estrada que liga essa cidade à Cambará.

Além disso, vai inaugurar estabelecimentos escolares, no núcleo da Secretaria de Agricultura e um conjunto central de TELEPAR, contrato para implantação do sistema telefônico nacional nas cidades de Rio Novo, Nova América, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, Barra do Jacaré, Guapirama, Conselheiro Mairink e outros".

Sábado e domingo são os dias que o Sr. Governador poderia, perfeitamente, estar tranquilo, repousando, em sua residência.

E S. Exa. está viajando, percorrendo o Paraná, sentindo de perto as necessidades do povo, dialogando com o povo.

Não entendo a posição de determinados companheiros, ilustres Deputados da Oposição.

Deve o Sr. Governador viajar.

O povo quer isso.

O Paraná quer isso, quer que o Governador vá sentir de perto os seus problemas.

É um direito dele inaugurar suas obras.

S. Exa. é um homem que está diuturnamente trabalhando, devemos aplaudir essas atitudes do Sr. Governador.

Ir ao Interior, sentir de perto, de perto, Srs. Deputados, os anseios do povo, conversar com os Srs. Prefeitos e levar aos Prefeitos da ARENA, como tem levado também aos Prefeitos da Oposição, o desenvolvimento, o progresso.

Tenho vários exemplos a citar: cito aqui Londrina; cito aqui Maringá, onde o Governo tem levado milhares e milhares

de cruzeiros, Governo da ARENA, Governo Federal da ARENA, Governador da ARENA. Não entendo, o Deputado pede a visita do Governador, pede que ele viaje e, em seguida, critica o Governador por ele viajar demais.

Cumprimento o Sr. Governador e tenho certeza que todo o Paraná há de cumprimentar e está cumprimentando o seu Governador, Jayme Canet Júnior.

Cumprimento o Sr. Governador por suas viagens.

Viaje, Governador.

O Paraná precisa conhecer quem é o nosso Governador. Governador que viaja é Governador que trabalha.

E a prova está aí, nas realizações e nas inaugurações.

E S. Exa. não pode vencer o número de inaugurações.

Em municípios que representamos têm obras para inaugurar e o Governador não compareceu.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) - Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Para encaminhar à votação). -

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente não tive oportunidade de estar ao início da sessão, para ouvir o inteiro teor do requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo.

Entretanto, gostaria de registrar, na condição de representante de parcela do eleitorado do Sudoeste do Paraná, a satisfação que tomou conta daquela região pela visita ilustre do Sr. Governador Jayme Canet no mês passado.

E o faço, Sr. Presidente, porque S. Exa., o Sr. Governador foi à região do Sudoeste para verificar os mais angustiantes problemas daquela rica e progressista região.

Deu início aos serviços de pavimentação asfáltica, por exemplo, de uma rodovia há muito reclamada pela região sudoeste do Estado, Francisco Beltrão-Ampere, incluindo o acesso à cidade de Francisco Beltrão que, por sinal, é dirigida por um Prefeito do MDB.

A par da visita a Francisco Beltrão esteve, o Sr. Governador, no município de Realeza inaugurando uma obra escolar que custou, aos cofres públicos, a importância de um milhão e quinhentos mil cruzeiros; esteve em Sta. Izabel para verificar o andamento dos serviços telefônicos naquela cidade; esteve no município de Chopinzinho para entregar um cheque da primeira parcela do plano de aplicação do FAES.

Não o fez antes porque esta própria Assembléia Legislativa precisava dar autorização para que o Governo do Estado firmasse o convênio com a Caixa Econômica para que o Governo do Estado pudesse ter recursos necessários à construção de mais de três mil salas de aula neste ano de 1976.

A par disso, S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, foi saudado em municípios dirigidos por Prefeitos do MDB, como é o caso de São João.

O Prefeito de São João, Sr. Ciro Hofmann, fez belíssimo discurso saudando S. Exa., o Sr. Governador Jayme Canet Júnior, e agradecendo pelos inúmeros benefícios que o Governo do Estado está levando aquele município como de resto a toda a região sudoeste do Estado.

Recordo-me que o Prefeito do MDB de São João, naquela ocasião, agradecia a S. Exa., pelas obras que estão em vias de serem iniciadas naquele município, como salas de aula no distrito de Vila Paraíso, os convênios que o Governo do Estado está firmando com a Prefeitura do MDB para reconstrução de prédios escolares na cidade e no município de São João.

A par disso, gostaria de apor um reparo às palavras do nobre Deputado Nilso Sguarezi.

Realmente, S. Exa., o Sr. Governador Jayme Canet

porque na data aprezada de sua visita, houve a catástrofe das geadas no Paraná.

Por isso teve que suspender a sua visita.

Em vez de ir anunciar os asfaltos que iria fazer em julho do ano passado, S. Exa. teve oportunidade, na visita, de verificar as obras que estão em execução na região sudoeste, no setor rodoviário e que envolvem recursos do DER, do DNER, das Prefeituras Municipais na ordem de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros que, certamente, irão resolver o mais sério, o mais angustiante problema da região sudoeste do Estado, que é o setor de transporte.

Desta forma, Sr. Presidente, voto contrariamente ao requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo, na certeza de que o Sr. Governador Jayme Canet tem ido ao interior do Estado levar obras, dialogar com o povo e assim construir a grandeza do nosso Estado do Paraná. *(Sem revisão do orador)*

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) - Continua em votação o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, não é de nossa alçada nos imiscuirmos em seara alheia mas, quando se fala em Governador do Estado, quando se põe dúvida neste dinâmico Governador que é mais Governador de Interior, que é mais Governador voltado aos problemas de nosso "interland", então queremos nos parabenizar também com o Deputado Fabiano Braga Côrtes e com o Deputado Luiz Alberto Oliveira, que estão aqui defendendo uma tese certa.

Se o Governador ainda não foi a Altônia, ele irá. Diz um provérbio dos fenícios: "Paciência e caldo de galinha não faz mal a ninguém", e saiba aquele povo e toda a bancada do MDB que ele não irá somente uma vez a Altônia, ao Oeste, ao Sudoeste e a todo o Paraná para inaugurar obras, irá, quantas vezes for necessário.

O Governador deixará o seu Palácio, para ir de encontro às aspirações do nosso povo, como ele irá, amanhã, a Santo Antônio da Platina, Piraí do Sul e Jacarezinho, conforme tivemos a honra e a satisfação de anunciar desta tribuna, no Pequeno Expediente - também a Ribeirão Claro, a cidade bem representada pelo Deputado Ivan Rüppel.

Queremos também trazer ao conhecimento desta Casa, o problema energético da rede de distribuição - de reforma - que muitas vezes não compete ao Governo do Estado mas sim à Copel, que está fazendo um investimento numa cidade que é por nós humildemente representada, no montante de 740 mil cruzeiros, que é a cidade de Curiuva e, no montante de 1 milhão e 22 cruzeiros, em Ribeirão do Pinhal.

Estamos a iniciá-la, e o Governador lá irá também, para inaugurar esta obra.

S. Exa. o incansável, o combativo e dinâmico Governador Jayme Canet Júnior irá a Santo Antônio da Platina, a nossa cidade, a cidade polo do Norte Pioneiro, irá a Jacarezinho para anunciar, como dissemos, na Central da TELEPAR, a solenidade de assinatura de contratos telefônicos monocanais, com Rio Bom, Nova América da Colina, Santo Antônio do Paraíso, Barra do Jacaré, Guapirama, C. Mairink, Saporema, Curiuva, Santana do Itararé e, lá, também como já dissemos, terá início a estrada asfáltica de Ribeirão Claro a Jacarezinho, terá início a estrada asfáltica de Jacarezinho a Cambará e irá percorrer a estrada já asfaltada que leva o nome do saudoso Governador Parigot de Souza, a sonhada estrada da redenção do Norte Pioneiro, que é a antiga PL1.

Irá dar a Santo Antônio da Platina, a estrada sonhada de Santo Antônio da Platina à Estação da Platina; irá dar também a estrada de São Sebastião da Amoreira a Santo Antônio da Platina; irá dar também a estrada de Congoinhas a Ibaíti, de Joaquim Távora a Carlópolis, Passos dos Leites.

O que mais querem os Deputados da Oposição, além de dizerem muito obrigado ao Governador, que está trabalhando pelo povo da ARENA e do MDB?

Altônia há de receber retumbantemente Jayme Canet Júnior, para a inauguração do sistema de água daquela cidade, porque aquela cidade merece.

Agora, o que não podemos é vir aqui com documentos para jogar sobre o Governador, uma inverdade sobre um Governador que trabalha pelo povo sem olhar condição de classe ou cor partidária.

O que não podemos, é dizer ao Governador: inaugure um sistema de água que não está completo; um sistema de água que por demagogia, está sendo atacado o nosso Governador.

Que seria do interesse do Governo Arenista, do Governo Jayme Canet Junior, da sua equipe de trabalho, dos seus secretários e dos seus diretores, inaugurar o quanto antes a obra.

Agora, humildemente, teremos que dizer um "basta" por esta demagogia.

Porque a votação deste requerimento, nós votamos contra porque é um requerimento demagogo, com a devida vênia, e respeito que temos com o Deputado que tem seu nome apostado.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Para encaminhar a votação). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu acho que a questão está mal posta. Não se discute o que o Governador pensa, e nem o que o Governador irá fazer.

A proposição pede que as obras de Altônia tenha o seu funcionamento.

A SANEPAR vê entregue ao povo, a obra de água e esgoto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se viu, um verdadeiro carnaval sobre aquilo que o Governador fez.

Parece que os outros governos nada fizeram no Estado do Paraná, e parece que ninguém mais vai ter o que fazer no Estado do Paraná, porque este governo que aí está, num ano já fez tudo.

Mas não é isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se reclama, e o que o requerimento reclama, é o comportamento do Sr. Governador na maneira de entregar as obras para o povo.

Nós sabemos, temos conhecimento, que o Grupo Escolar de Altônia, o Ginásio, que deveria atender a mais de mil estudantes, estava pronto há algum tempo, na espera de que S. Exa. o Sr. Governador fosse inaugurar e entregar o estabelecimento.

Cansado o povo de esperar, agora no dia 13 de abril foi autorizado o seu funcionamento, é o que consta do requerimento e que não foi discutido.

Com relação aos dados fornecidos pelo Deputado Leopoldo Jacomel, queremos dizer que são dados de 1970, hoje a situação de Altônia é muito diferente, considerado um dos municípios que mais produz no mundo.

De sorte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o requerimento, não é pedindo a presença do Sr. Governador, mas sim, para que as obras de Altônia sejam entregues ao povo de Altônia.

É isso o que queremos, é o que o MDB pede.

Demagogia, é fazer simplesmente uma cadeia pública, e o Sr. Governador pegar dois, três helicópteros e a sua comitiva e ir lá inaugurar.

Acho que o Governo faria muito mais, se ele entregasse de imediato as obras para o povo, sem a necessidade de fazer festas para inauguração de qualquer estabelecimento, por mais importante que fosse para a vida da comunidade. Mas nós temos

inaugurações com festejos, grandes despesas para o Estado, de um simples Departamento de Rendas, de um estabelecimento que vai servir apenas para um Departamento de Rendas do interior.

Nós assistimos em Corbélia, a inauguração da Cadeia Pública, onde se fez um comício, e só se falava no Partido da Situação, fazendo, aproveitando para fazer campanha eleitoral. De sorte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que está acontecendo no Paraná, não são as obras que estão sendo executadas, está aproveitando o Governo para fazer campanha política já que estamos no ano de eleição. Isso é preciso que se acabe, e o requerimento, por procedente, terá o meu voto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. Tem a palavra, o Sr. Deputado Cioni Neto.

O SR. CIONI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com referência ao requerimento do nobre Deputado companheiro Valter Pietrângelo, tivemos a oportunidade, no fim da semana próxima passada, de visitar Altônia, São João e São Jorge. E aproveito a oportunidade, Deputado Valter Pietrângelo, de transmitir um abraço dos “camisas pretas” de São Jorge; tivemos sexta-feira batendo aquele papo com eles, e conhecemos “in loco” o trabalho, a pujança daquele município, Altônia. E queremos dizer nesta oportunidade, Srs. Deputados, respondendo ou esclarecendo alguma coisa, que não é do conhecimento de V. Exa: se o Grupo Escolar, ora em funcionamento, e se esse funcionamento só se deu nos primeiros dias do mês de abril, é porque os móveis não existiam. Chegaram apenas nos primeiros dias do mês de abril. E isso porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos temos conhecimentos que, em nosso Estado, faltam muitas carteiras, e isso se deve ao fato de as fábricas não vencerem os inúmeros pedidos das mesmas. São caminhões de carteiras encaminhadas aos estabelecimentos de ensino. Isso porque o Exmo. Sr. Governador do Estado se dedica de corpo e alma à educação de nossos filhos.

Por essa razão, sentimo-nos mal em ouvir certas calúnias certos desafios que deixam muito a desejar, nesta Casa.

Altônia recebe, neste ano, coisas espetaculares.

Recebeu aquele grupo magnífico, propriedade do Estado.

Recebe telefone, receberá nestes dias, água. E se a água ainda falta naquele município, é porque não foi ainda minada, o Sr. Governador irá inaugurar. E estaremos lá, se Deus quiser, prestigiando aquele povo de Altônia, aquele povo que vive no município que é o primeiro produtor de café, não só do Brasil, mas do mundo.

Vejam V. Exas. que o Sr. Governador está voltado para Altônia, tantas são as obras que se fazem naquela região, naquela cidade.

Todos queremos dedicar um pouquinho de nosso trabalho à cidade de Altônia.

Isso que queria transmitir aos Srs. Deputados, especialmente ao autor do requerimento, e dizer que nosso voto é contrário, pelo motivo que expusemos.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

O SR. WERNER WANDERER — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É pela primeira vez que, no Plenário, uso da palavra para defender nosso Governador.

Governador que o MDB inclusive, deve apoiar. Porque, nunca o Paraná teve um Governador como o atual, a tal ponto do próprio MDB se preocupar com ele.

Toda vez que S. Exa. visita o interior, tem facilidade de contato com o povo, e assim o povo vai conhecendo melhor o nosso Governador.

Quero falar de minha região: Mal. Cândido Rondon, Toledo, Palotina, Cascavel, todos os municípios do Oeste do Paraná, S. Exa. o Sr. Governador não só levou muitas obras àqueles municípios, mas também teve contato com o povo.

Ainda a semana passada, o Sr. Governador esteve em Toledo, elevou grandes benefícios àquele município. Toledo nunca havia recebido tantas escolas como está recebendo, agora, deste Governador. Porque, todas aquelas escolas que o Prefeito de Toledo, que é da ARENA, pediu ao Governo está recebendo. No meu município recebemos, agora, em dinheiro antigo, hum bilhão, oitocentos e poucos milhões. O Governador não foi a Mal. Cândido Rondon entregar o dinheiro, entregou o cheque aqui, através da FUNDEPAR, de 700 e poucos mil cruzeiros. Assim, S. Exa. está procedendo com todos os Prefeitos, eles vêm aqui para receber o cheque.

O Governador não tem feito discriminação entre Prefeitos de MDB e ARENA. Os Prefeitos de Londrina e Maringá têm recebido muito dinheiro, mais até que Prefeitos da ARENA.

O Paraná já teve grandes Governadores, mas como este até hoje não.

Muito obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador.)

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, desejo que fique registrado nas Notas Taquigráficas que o meu nome foi citado pelo Sr. Deputado Lineu Turra, afirmando que usei estatísticas de 1970.

Quero que fique registrado que me louvei na estatística da COPEL, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que diz que a sede do Município tem 4.500 habitantes e que apenas 350 ligações foram requisitadas à SANEPAR.

Quero dizer ao Deputado Lineu Turra, que quando eu levanto qualquer questão de ordem, o faço com base, com documentos firmados e não com demagogia como muitos fazem. — (Sem revisão do orador.)

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem) Sr. Presidente, não sei o que está acontecendo com o Deputado Jacomel, Altônia tem quase 100 mil habitantes.

O Sr. Leopoldo Jacomel — Repito, a “sede” do Município tem 4.500 habitantes. O município tem 55 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sempre que o Executivo de um País, o Executivo de um Estado se desloca do Palácio para ir junto ao povo, buscar esclarecimentos, conhecer os problemas, observa-se em consequência, uma agilização das atividades dos diversos Departamentos e dos diversos órgãos.

Isso não é de hoje, é de séculos e séculos. Os Executivos que permanecem em seus gabinetes de trabalho, sem comparecer aos lugares que devem merecer sua consideração, de um modo geral, têm decidido erroneamente.

Admiramos S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Jr., que tem deixado o comodismo do Palácio para sair pelos caminhos do Paraná, pelas terras boas e pelas terras não tão boas, para estudar soluções viáveis com as autoridades locais.

Sou testemunha em uma das viagens que o Sr. Governador do Estado compareceu a um estabelecimento de ensino localizado em Ubatuba e lá, acompanhando o Diretor daquele estabelecimento de ensino foi conhecer as diversas particularidades do funcionamento daquela instituição.

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, permite uma visão da situação do Estado ao Sr. Governador. Por isso aplaudimos sua iniciativa em comparecer às diversas sedes dos municípios paranaenses e nos lugares mais distantes da Capital do Estado.

A ida de S. Exa. a Altônia se dará, sem dúvida, no momento oportuno, para que possa inaugurar este serviço de água que tem sido requisitado mas, devemos dar tempo ao tempo. Se a SANEPAR ainda não terminou sua obra e sua parte, não poderemos colocar o cavalo após o carro.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, consignamos e nos associamos com os que consignaram este voto de aplausos ao Sr. Governador, ao tempo em que manifesto contrário à aprovação do requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação.

Concedo a palavra, para encaminhamento de votação, ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos todos nós Deputados do MDB e da ARENA, vagando num verdadeiro mar de incoerências, a começar pelo nosso ilustre Deputado Valter Pietrângelo, que criticou as visitas do Sr. Governador a Altônia, a fim de liberar as obras, porque toda a coletividade está a reclamar.

Enquanto há incoerência do nosso lado, nós olhamos os ilustres Deputados da ARENA e vemos que o nobre Deputado Ezequias Losso acaba de solicitar até, à Assembléia, um voto de louvor a S. Exa. o Governador do Estado, em razão de suas inúmeras visitas administrativas aos municípios paranaenses e, se declara contrário ao requerimento do nobre Deputado Valter Pietrângelo.

Isto, Sr. Presidente, é um verdadeiro mar de incoerências.

— Orá, é preciso que se diga a verdade.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Pela ordem) Apenas, Sr. Presidente, para esclarecer que não propomos como não propusemos, qualquer voto de aplauso em nome da Assembléia ao Sr. Governador do Estado. Falei em caráter pessoal.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Repete o nobre Deputado que falou em nome pessoal, mas a manifestação de sua vontade com certeza é de toda sua bancada. Está comprovado o mar de incoerências em que estamos vivendo, e o tempo é precioso, Sr. Presidente.

Não sei se vou contrariar os nobres Deputados do MDB, da minha ilustre bancada mas, sou favorável às visitas do Governador em todos os Municípios do Estado do Paraná, porque também, o serei quando Governador deste grande Estado for o MDB. Há necessidade e sabemos disso, do Chefe de Estado manter contato direto com o povo e todo o Estado do Paraná e só pode fazê-lo, Sr. Presidente, através das visitas. O MDB é contrário, isto sim, à transformação das visitas administrativas, em visitas de caráter eleitoral. Sou contrário aos termos de S. Exa. porque, quando nós exigimos o respeito de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, temos a obrigação primeira de respeitar o mais alto magistrado do Estado que é S. Exa. o Sr. Governador do Estado. De forma, que não deveria ter usado, o nobre Deputado Valter Pietrângelo, os termos que usou. Mas que é tranqüilo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as visitas de S. Exa. o Governador do Estado, essas, têm sido primeiramente, de caráter eleitoral. Quem sabe até, atendendo a pedidos de sua cúpula partidária nacional, que quer a todo custo, ganhar as eleições em todos os Estados do Brasil.

E por sinal, Sr. Presidente, sou testemunha ocular de um fato ocorrido na minha cidade, digo também, minha, porque é da minha região de Paraíso do Norte. O Prefeito do MDB é meu cunhado, meu compadre duas vezes, meu amigo incondicional, mas daqueles que não fazem muita oposição ao Governo.

Convidou o Governador para estar presente a Paraíso do Norte. Não foi S. Exa. inaugurar obra nenhuma, foi isto sim, tornar público, um edital de concorrência para o início do asfaltamento Paranavaí - Rondon, passando a estrada pela

cidade de Paraíso do Norte. Fui convidado e declinei no início do convite. Insistentemente convidado pelo Prefeito, compareci. S. Exa. o Governador lá estava com toda sua comitiva. Os nomes dos Secretários foram todos referidos, dos Deputados presentes também. Esqueceram o humilde representante do MDB que se sentiu humilhado no palanque.

Mas, tive a iniciativa de me dirigir ao Secretário de Justiça deste Estado, para lhe dizer que era muito humilde e um defeito eu tinha em matéria de política, que era exatamente aquele, que não gostava que me fizessem festas. Mas eu seria muito capaz, em razão da desconsideração ao Poder que representava naquele momento o Poder Legislativo, de quebrar o protocolo naquela oportunidade, arrebatando o microfone do locutor que transformava a festa administrativa do Governo, esta sim, levada por mim e talvez, talvez não, tenho certeza, pelo MDB. Esta sim, mas não uma festa política transformada por aquele locutor que dava vivas à ARENA, vivas à Revolução, dava vivas ao Governador e omitiu o nome de um representante do Poder Legislativo que lá estava presente.

Sr. Presidente, nobres Deputados, já que estamos caminhando num mar de incoerência, mais uma, vamos aprovar este requerimento, para que tenhamos a visita do Governador; visita administrativa, porque todo o povo de Altônia pede a liberação das obras, porque a água, o precioso líquido está faltando, e o Norte do Paraná não é o Nordeste Brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem). Sr. Presidente apenas para esclarecer que as palavras que o nobre Deputado Waldenício Barbalho, considerou ofensivas ao sr. Governador foi quanto taxamos as visitas de S. Exa. como politiquês e estêreis.

Apenas isso.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, com todo o respeito, com toda a vênica, com toda a admiração que temos pelo ilustre combativo, representante de Paranavaí, Deputado Waldenício Barbalho, devo esclarecer que, se falha ouve naquela recepção, não foi por parte do Governador, não foi por parte de sua comitiva. Talvez, por um lapso, o nome do ilustre representante da bancada do MDB não foi...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. já encaminhou a votação, ilustre Deputado, dentro do Regimento Interno não há mais possibilidade de falar. Cite, o artigo do Regimento Interno no qual V. Exa. ampara sua intervenção.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, queria apenas esclarecer o seguinte: se o Deputado Barbalho não foi convidado pelo Governador, não cabe a culpa a S. Exa. E se o Sr. Governador está sendo envolvido, precisa ser defendido, a não ser que V. Exa. queira deturpar os fatos. Por esta razão é que estou usando da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência encontrou a forma pela qual V. Exa. pode se manifestar: considera V. Exa. como primeiro orador inscrito, em Explicações Pessoais.

Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. JURANFIR MESSIAS — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere, o Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 26

Srs. Deputados. Não há quorum para votação, fica transferida a votação para a próxima sessão.

Esta Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã haverá Sessão Extraordinária às 9,30 horas.

Comunico aos Srs. Deputados que neste instante estão sendo realizadas no Auditório da Assembléia Legislativa, as provas para o concurso de Taquigrafia e convida os Srs. Deputados para observarem o transcorrer das mesmas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 23, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 175/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 594, de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de AREODIVA MANN DE SOUZA, matrícula 234, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 176/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 646/76, de 30 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MADALENA MARIA DE LIMA, matrícula 226, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo do Quadro de Pessoal desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 177/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 690 e 691/76, de 2 de fevereiro de 1976, deste

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 150 da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1976, em favor de ANTONIO LEANDRO, matrícula 233, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e, II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei 6174, a partir de 21 de fevereiro de 1976, data em que completa vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 178/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1488/76, de 09 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a ABEL FREDIANO MARCHIORATO, matrícula 230, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 10 de fevereiro de 1976, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 179/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1553/76, de 10 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de OCIREMA STAMM BELLÉ, matrícula 440, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado

do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 01 de dezembro de 1967 a 01 de outubro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias relativas ao ano de 1968, contadas em dobro; e,

III - conceder o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da referida Lei 6174, a partir de 30 de setembro de 1975, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 180/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1337/76, de 04 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a ARMANDO SOICHI IWAIA, matrícula 142, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Economistas, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 16 de março de 1976, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

PORTARIA Nº 168/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2365, de 1º de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 1/76, ao funcionário SANT'CYR DE OLIVEIRA ROCHA, matrícula 258, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral.

PORTARIA Nº 169/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2366, de 1º de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 1/76, ao funcionário NICANOR DE VASCONCELOS SOUZA,

matrícula 014, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 170/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2510, de 05 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MUSSA JOSÉ ASSIS, matrícula 599, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 1º de abril de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 171/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2398, de 1º de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 1/76, à funcionária IRACY DA SILVA RUDNIK, matrícula 203, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 172/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2306, de 31 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MARIA NEIDE BOZA STIVAL, matrícula 221, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para acompanhar o tratamento de saúde de seu filho, a partir de 1º de abril de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 173/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2397, de 01 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 1/76, à funcionária SILVIA PEIXOTO GRANADO, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 174/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a partir de 1º de abril de 1976, a portaria 57/75, de 12 de março de 1975, na parte que autorizou o funcionário MUSSA JOSÉ ASSIS, matrícula 559, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento sobre seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 175/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar LARTES LUIZ FOGGIATO, matrícula 456, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Secretário da Comissão Especial para realização do concurso para preenchimento das vagas existentes na carreira de Taquígrafo, constituída pelo Decreto Legislativo 149/76, de 26 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 176/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2573, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 1/76, ao funcionário ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS, matrícula 030, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 177/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo pro-

tolado sob o número 2479, de 05 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 1/76, ao funcionário BOLIVAR CAMARGO BARROS, matrícula 115, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 178/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2584, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar SÉRGIO MOACIR TORRES NUNES, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Serviço de Segurança.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 179/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2590, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 1/76, à funcionária RUTH CAMILLO RUSSI, matrícula 296, ocupante do cargo de nível PL "25", de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 180/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8351/75, de 22 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

prorrogar, por tempo indeterminado, a Portaria 465/75, de 27 de agosto de 1975, que designou MILTON LUIZ CLEVE KUSTER, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado TRAJANO BASTOS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 181/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2648, de 07 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a EDU LIBERTI, matrícula 243, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 19 de abril do corrente ano. Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 182/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8245/75, de 20 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

prorrogar, por tempo indeterminado, a Portaria 460/75, de 26 de agosto de 1975, que designou NEUSA DE SOUZA SANTOS, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 183/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2577/76, de 06 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a IZABEL SANTO ALAYA LAMOUR, matrícula 533, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1976, a partir de 06 de abril de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 184/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2678, de 08 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a MARIA DE LOURDES SANTOS, matrícula 561, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença, para acompanhar o tratamento de saúde de pessoa de sua família, a partir de 05 de abril de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 185/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 263, de 14 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

retificar a Portaria 17/76, de 19 de janeiro de 1976, para declarar que as férias concedidas ao funcionário ALCEU RAMOS, matrícula 363, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Quadro Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é referente à Portaria 01/76.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1976.

a) ISMAR DELAGASSA PASSOS – Diretor Geral em Exercício

PORTARIA Nº 186/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2829, de 12 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

designar CELSO RIBEIRO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA, no período compreendido entre 16 de março de 1976 a 15 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1976.

a) ISMAR DELAGASSA PASSOS – Diretor Geral em Exercício

PORTARIA Nº 187/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2948, de 19 de abril de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 1/76, aos funcionários abaixo especificados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

DORIZON SALGADO BUENO – Matrícula 008, As. Técnico.
RONALDO LOPES LINHARES – Matrícula 086, Adv. PL "29".

TEREZINHA RUPPEL GLUCK – Matrícula 323, OL PL "23".

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de abril de 1976.

a) ISMAR DELAGASSA PASSOS
Diretor Geral em Exercício